

TERMO DE REFERÊNCIA

Pregão eletrônico para contratação de prestação de serviço contínuo com dedicação de mão-de-obra exclusiva

(Processo Administrativo n.º 23057.003560.2022-80)

1. OBJETO

- 1.1. Contratação de serviços continuados de porteiro, recepcionista, operador de CFTV, inspetor de aluno e supervisor, com fornecimento de insumos sob demanda, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus apêndices.
- 1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de porteiro, recepcionista, operador de CFTV, inspetor de aluno e supervisor.
- 1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados no Apêndice I deste Termo de Referência.
- 1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário, conforme justificativa apresentada nos Estudos Técnicos Preliminares.
- 1.5. O prazo de vigência do contrato é de 12 meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

- 3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 4.1. Trata-se de serviço comum, de caráter continuado e com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, com adjudicação por grupo de itens, processado pelo sistema tradicional (sem o registro de preços), conforme justificativas apresentadas em Tópicos específicos (a saber: Descrição da solução como um todo e Justificativa para o parcelamento ou não da solução) dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
- 4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1.serviço continuado, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva;

5.1.2.A licitante deve possuir a seguinte documentação, relativa à qualificação técnica:

5.1.2.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado e de declaração de contratos firmados conforme modelo anexo ao Edital (Apêndice VII-A do termo de referência).

5.1.2.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

5.1.2.1.1.1. Serviço de locação de mão-de-obra;

5.1.2.1.1.2. Quantitativo mínimo de 31 prestadores de serviços.

5.1.2.1.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

5.1.2.1.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

5.1.2.1.4. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

5.1.2.1.5. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 2 (dois) ano na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade deste período ser ininterrupto, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

5.1.2.1.6. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

5.1.2.1.7. Na contratação de serviços continuados com mais de 40 (quarenta) postos, o licitante deverá comprovar que tenha executado contrato com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados.

5.1.2.1.8. Quando o número de postos de trabalho a ser contratado for igual ou inferior a 40 (quarenta), o licitante deverá comprovar que tenha executado contrato(s) em número de postos equivalentes ao da contratação, conforme exigido na alínea c2 do item 10.6 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

5.1.2.1.9. Para a comprovação do número mínimo de postos exigido, será aceito o somatório de atestados que comprovem que o licitante gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado, nos termos do item 10.7 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

5.1.2.2. Declaração de que instalará escritório no município onde serão prestados os serviços, ou em um raio máximo de até 50 km deste município (considerando o item para o qual está ofertando proposta) e que o manterá até o final da vigência do contrato, a ser comprovado no prazo máximo de 40 dias úteis contado a partir da vigência do contrato, em cumprimento ao disposto no item 10.6, 'a', do anexo VII da IN SEGES/MP nº 05/2017, conforme modelo constante no Apêndice VII-C do Termo de Referência.

5.1.2.2.1. Caso a licitante já disponha de matriz, filial ou escritório no local definido, deverá declarar a manutenção do escritório até o final da vigência do contrato, conforme modelo constante no Apêndice VII-B do Termo de Referência.

5.2. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato, conforme modelo constante no Apêndice VII-D do Termo de Referência.

5.3. O enquadramento das categorias profissionais que serão empregadas no serviço, dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), é o seguinte:

5.3.1. Porteiro (CBO 5174-10);

5.3.2. Operador de CFTV (CBO 9513-15);

5.3.3. Recepcionista (CBO 4221-05);

5.3.4. Inspetor de Aluno (CBO 3341-10)

5.3.5. Supervisor (CBO 4101-05).

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1. Após consulta ao Guia Nacional de Licitações Sustentáveis (4ª edição, revista, atualizada, ampliada - agosto/2021), elaborado pela CGU/AGU, não foram encontradas orientações específicas aos serviços a serem contratados.

6.2. Contudo, serão considerados, no que couber, os critérios e práticas de sustentabilidade que constam no Caderno de logística de prestação de serviços de vigilância patrimonial 2014; e nos termos do Art. 3º da Lei 8.666/93 e da Instrução Normativa SLTI nº 01, de 19 de janeiro de 2010, que devem ser veiculados como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada:

6.2.1. Os dirigentes e a equipe que prestarão o serviço deverão ser instruídos sobre a importância das políticas de sustentabilidade, tanto nos aspectos que regulam a interação do homem com a natureza em atividades cotidianas, visto que os recursos naturais são finitos, quanto na questão social, com atenção especial aos direitos trabalhistas e à proteção aos direitos humanos.

7. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

7.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, desde que previamente agendada com antecedência mínima de 24 horas e acompanhada por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 8 às 12 horas e das 13 às 17 horas.

7.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

7.2.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

7.2.2. O licitante que desejar realizar a vistoria deverá agendá-la por meio do e-mail, no endereço eletrônico em que deseje realizar a vistoria, conforme tabela abaixo:

Tabela 2 - Responsáveis pelo agendamento e pelo acompanhamento da vistoria e dados para contato.

Gru po	Órgão gerenciador	Responsáveis pelo agendamento e pelo acompanhamento da vistoria	E-mail / telefone para contato
1	Campus Natal-Central	Tonny Medeiros Martinho (titular) / Patrícia Tatiana Ferreira Ramos (suplente)	diad.cnat@ifrn.edu.br / (84) 4005-9803 / 4005-9989

Fonte: Elaboração própria

7.3. As informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta, são aquelas que constam no edital e em seus anexos, disponibilizados no site: www.gov.br/compras/pt-br.

7.4. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

7.5. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

8.1.1. Prestação de serviços de portaria, recepção, operador de CFTV, Inspetor de Aluno e Supervisão, com fornecimento de insumos sob demanda, com fornecimento de insumos sob demanda, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus apêndices.

8.2. A execução dos serviços será iniciada em até 30 (trinta) dias a contar da data da assinatura do contrato, podendo este prazo ser prorrogada a critério da Administração, na forma que segue:

8.2.1. Os serviços serão prestados no Campus Natal-Central, conforme tabela a seguir, na qual consta também seu horário de funcionamento:

Tabela 3 - Endereços em que serão prestados os serviços e horário de funcionamento do órgão gerenciador.

Gru po	Órgão gerenciador	Endereço(s) em que os serviços serão prestados [1]	Horário de funcionamento [1]
1	Campus Natal-Central	Av. Sen. Salgado Filho, 1559, Tirol, Natal/RN, CEP 59015-000	das 6 às 22hs.

Nota informativa:

[1] Estas informações poderão sofrer alterações a critério da contratante, sendo assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, nos termos do art. 57, § 1º da Lei nº 8.666/93.

Fonte: Elaboração própria

8.2.2.A Contratante definirá as escalas de horário para o cumprimento da jornada de trabalho, que poderá, inclusive, ser estabelecida fora do horário informado, inclusive aos sábados, a depender da necessidade do serviço, admitida a compensação de horas (exceto se for em jornada contínua, p.ex. 12x36 diurno e noturno, se houver) desde que atendidas as exigências legais e aquelas contidas em convenção coletiva de trabalho ou outro instrumento.

8.2.3.As atribuições específicas ou serviços a serem realizados por cada posto e as atribuições comuns a todos os postos são descritas no item Apêndice XI.

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas no Apêndice III, promovendo sua substituição quando necessário.

9.1.1.Os uniformes e os EPIs/EPCs, que compõem o kit básico, serão fornecidos 10 (dez) dias antes do início da vigência do contrato, conforme periodicidade estabelecida. Os demais insumos serão fornecidos sob demanda.

9.1.2.As quantidades a serem fornecidas sob demanda são estimativas para subsidiar a composição de custo e formação de preço por parte das licitantes e serão fornecidas, repostas ou substituídas, mediante solicitação formal da fiscalização do contrato.

9.1.2.1. A quantidade anual total é o máximo que poderá ser adquirido durante 12 meses, o qual será fornecido sob demanda, mediante solicitação da contratante. Assim, o campus não é obrigado a solicitar esta quantidade neste período, nem sequer uma quantidade mínima.

9.1.2.2. A quantidade por período também representa uma estimativa. Assim, durante o contrato, a quantidade solicitada por período poderá ser menor ou maior do que a quantidade estabelecida, podendo chegar até a 0, a depender da necessidade do campus. Contudo, a quantidade fornecida por ano não poderá exceder a quantidade estabelecida por ano.

9.1.2.3. A periodicidade de fornecimento também representa uma estimativa. Por exemplo, se um item tem estimativa de fornecimento mensal, não significa que ele será fornecido todos os meses.

9.1.3.A indicação de marcas é utilizada pela Administração como meio de aferir a qualidade mínima dos itens fornecidos pela Contratada. Caso a licitante informe em sua proposta de preços uma marca diferente daquelas indicadas neste edital, o item deverá possuir padrões de qualidade no mínimo igual, ou superior, aos indicados, sendo que, nesse caso, será previamente avaliado pela Administração para fins de aceitabilidade.

9.1.3.1. Durante a execução do contrato, serão rejeitados os insumos que não atendem às especificações ou cujo fornecimento não foi autorizado pela contratante. Nestes casos, o ônus da substituição será apenas da contratada, sem aumento dos custos do contrato.

9.1.4.Os insumos a serem fornecidos sob demanda serão solicitados à Contratada, pela Fiscalização do contrato, por e-mail.

9.1.5.Todos os insumos serão fornecidos pelo valor constante na proposta apresentada pela Contratada, sendo assegurada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos do art. 57, § 1º da Lei nº 8.666/93.

- 9.1.6.A Contratante poderá solicitar também insumos não previstos no Apêndice III, caso necessário, devendo fazer a solicitação, a qualquer tempo, por e-mail.
- 9.1.6.1. A Contratada elaborará uma planilha com o(s) item(ns) a ser(em) adquiridos pela Contratante, contendo a descrição, marca, unidade de fornecimento, quantidade, preços unitário e total.
- 9.1.6.2. Essa planilha será submetida à Fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da solicitação, para avaliação e realização de ajustes, se for o caso, e para a respectiva aprovação.
- 9.1.6.3. A Fiscalização do contrato realizará pesquisa de mercado dos itens contidos na planilha apresentada pela Contratada, a fim aferir a vantajosidade econômica dos preços.
- 9.1.6.3.1. Caso o preço orçado pela Contratada seja maior que o preço médio pesquisado pela Contratante, a Contratada apresentará outra proposta contendo o preço médio pesquisado pela Contratante.
- 9.1.6.3.2. Caso o preço orçado pela Contratada seja menor ou igual ao preço médio pesquisado pela Contratante, a Contratada manterá sua proposta com base no preço orçado por ela própria.
- 9.1.6.4. Uma vez aprovado o orçamento, a Contratada deverá fornecer o(s) item(ns) orçado(s) em até 10 (dez) dias úteis.
- 9.1.7.A Contratada deverá disponibilizar o(s) insumo(s) em até 10 (dez) dias úteis a contar da solicitação da Fiscalização (no caso de itens previstos na Planilha de insumos) ou da aprovação do orçamento pela Fiscalização (no caso de itens não previstos na Planilha de insumos).
- 9.1.7.1. O prazo para fornecimento poderá ser prorrogado por mais 10 (dez) dias úteis, desde que solicitado pela Contratada com a apresentação de motivos e acatado pela Fiscalização do contrato.
- 9.1.8. Os insumos fornecidos deverão vir acompanhados de uma nota de fornecimento, para cada grupo de insumos fornecidos, a saber: uniformes (kit básico), materiais e EPIs/EPCs (sob demanda), equipamentos (sob demanda) e EPIs/EPCs (kit básico).
- 9.1.8.1. Na nota de fornecimento, deverão constar seguintes dados dos itens fornecidos: especificação, marca, unidade de fornecimento, quantidade, valor unitário e valor total.
- 9.1.8.2. Em cada nota de fornecimento, também deverão ser discriminados as quantidades e o valor total, relativos a cada um dos tipos de postos (porteiro, operador de CFTV, recepcionista, inspetor de aluno e supervisor).
- 9.1.8.3. A nota de fornecimento deverá ser emitida em duas vias e no ato da entrega dos insumos uma via ficará com a Contratante e a outra, com a Contratada.
- 9.1.8.4. Deverá(ão) ser encaminhada(s), com as notas de fornecimento, cópia das autorizações de fornecimento emitidas pela fiscalização do contrato.
- 9.1.9.Os insumos deverão ser novos e de boa qualidade, o que será aferido pela Fiscalização do contrato.
- 9.1.9.1. A Contratante, por meio da Fiscalização do contrato, se reservará ao direito de rejeitá-los, caso não satisfaçam aos padrões exigidos neste termo de referência, ficando sujeitos às mesmas exigências e condições no concernente ao registro, industrialização, entrega ao consumo e fiscalização por parte das entidades governamentais fiscalizadoras.

- 9.1.9.2. A substituição de insumo rejeitado deverá ser providenciada em, no máximo, 5 (dois) dias úteis, contados do pedido formal, sem custo para a Contratante.
- 9.1.10. A manutenção ou substituição de equipamento, que apresente mau funcionamento e que esteja no período de garantia, será solicitada pela Fiscalização por e-mail e deverá ser providenciada em, no máximo, 5 (cinco) dias úteis, contados do pedido formal.
- 9.1.10.1. Nos casos em que a Fiscalização constatar a ocorrência de culpa, dolo ou omissão da Contratada, incluindo seus funcionários, que contribuiu para algum dano em equipamento, a manutenção ou a substituição será efetivada pela Contratada sem ônus para a Contratante.
- 9.1.10.2. A Contratada deverá encaminhar, juntamente com o equipamento, nota de manutenção ou de substituição de equipamento, com expressão “sem ônus para a Contratante”, discriminando o item, quantidade e valor do equipamento, fazendo anexar, também, cópia da solicitação de manutenção ou substituição emitida pela Fiscalização do contrato.
- 9.1.11. As relações de insumos poderão sofrer alterações de itens ou quantidades, de acordo com a demanda da Contratante.
- 9.1.12. Os EPIs deverão possuir Certificado de Aprovação (CA), expedido pelo órgão competente.
- 9.1.13. Os uniformes e EPIs deverão ser entregues aos empregados, mediante recibo (relação nominal), cuja cópia deverá ser entregue à Contratante, sempre que solicitado pela Fiscalização.
- 9.1.13.1. A Contratada não poderá exigir do empregado o uniforme ou EPI usado, quando da entrega dos novos.
- 9.1.14. Em relação aos insumos sob demanda, a Contratante se reserva ao direito de solicitar apenas o que houver necessidade, não sendo obrigatória a aquisição de todos os insumos relacionados, uma vez que os quantitativos são meramente estimativos.
- 9.1.15. Considerando que os insumos fornecidos serão pagos pela Contratante, estes passarão a ser sua propriedade a partir do pagamento.
- 9.1.16. Os insumos fornecidos serão pagos juntamente com os serviços prestados, uma vez que compõem o custo dos postos, desde que o fornecimento seja comprovado pela contratada e atestado pela contratante.
- 9.1.16.1. Os insumos fornecidos conforme periodicidade estabelecida (uniformes e kit básico de EPIs/EPCs) serão pagos de forma parcelada, durante os 12 meses da vigência do contrato, desde que atestado o fornecimento.
- 9.1.16.2. Os insumos fornecidos sob demanda serão pagos de uma única vez, juntamente com os serviços prestados naquele mês, desde que atestado o fornecimento.
- 9.1.17. O fornecimento de insumos sob demanda implicará na variação do valor a ser pago a cada mês à Contratada.
- 9.1.17.1. Caso sejam fornecidos insumos sob demanda em um determinado mês, o valor a ser pago à Contratada será calculado pela Contratante.
- 9.1.17.2. Caso não sejam fornecidos insumos sob demanda em um determinado mês, o valor a ser pago será correspondente ao cenário 2.

- 9.1.18. A Contratada deverá enviar juntamente com a nota fiscal, a(s) nota(s) de fornecimento do(s) insumo(s) entregue(s) no mês a que se refere a nota fiscal.

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

- 10.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

- 10.1.1. A licitante deverá elaborar a PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS, conforme o modelo constante nos Apêndice VI-A, observando o salário, as vantagens asseguradas, todos os encargos sociais, previdenciários e trabalhistas previstos em Lei e em Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, referente a cada categoria profissional.

- 10.1.1.1. A proposta que não contenha todos estes custos deverá ser ajustada.

- 10.1.1.2. Caso utilize percentuais diferentes daqueles considerados pelo órgão ou entidade para o cálculo do valor de referência, o licitante deverá apresentar a respectiva memória de cálculo do percentual, com a respectiva memória de cálculo. Caso não apresente estas informações ou não sejam aceitas, deverá ajustar sua proposta.

- 10.1.1.3. Em caso de ajuste, não será aceita a majoração do valor final da proposta, em consonância com a IN 5/2017 (Anexo VII-A, item 7.9).

- 10.1.2. Deverá ainda ser apresentada, juntamente com a proposta:

- 10.1.2.1. Planilha de custos anuais com insumos, contemplando os uniformes (kit básico), materiais e EPIs/EPCs (sob demanda), equipamentos (sob demanda) e EPI's/EPC's (kit básico) ofertados, informando a marca, referência do produto (quando houver) e seus preços, conforme modelo constante no Apêndice VI-B.

- 10.1.2.2. Tabela orçamentária, conforme modelo constante no Apêndice VI-C.

- 10.1.2.3. Poderá ser solicitada ao licitante a comprovação da exequibilidade dos insumos com preços mais distantes do valor de referência. A identificação de preços inexequíveis se dará conforme os critérios definidos no art. 48 da Lei 8.666/93. A comprovação da exequibilidade deverá atender a integralidade da especificação do respectivo item. Caso não apresente estas informações ou não sejam aceitas, deverá ser solicitado o ajuste da proposta. Caso ocorra a majoração do valor final da proposta, recusá-la. Contudo, na formulação de sua proposta, o licitante deverá considerar que, durante a execução do contrato, o ônus da substituição de insumo(s) rejeitados(s) será exclusivamente da contratada e que a substituição não acarretará o aumento dos custos do contrato.

- 10.1.3. Para o cálculo do valor estimado de cada posto, quanto a salário-base e benefícios, foi considerada a seguinte convenção coletiva de trabalho. Todavia, não é de utilização obrigatória pelos licitantes, caso a licitante possua outro enquadramento sindical (Acórdão 1.097/2019-TCU Plenário). Caso utilize outra convenção/acordo coletivo de trabalho, a licitante deverá comprovar o seu enquadramento sindical.

- 10.1.3.1. Para os postos de Porteiro, Operador de CFTV, Supervisor: Convenção Coletiva de Trabalho, registrada no MTE sob o número: RN000021/2022, celebrados entre o SINDICATO PATRONAL DAS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVICO, CNPJ n. 01.646.031/0001-87 e o SINDICATO DOS TRABALHADORES DE EDIFICIOS E CONDOMINIOS RES, COMERCIAIS E DAS EMPRESAS PREST DE SERV E ADMIN DE CONDOMINIOS DA GRANDE NATAL/RN, CNPJ n. 15.132.318/0001-01, no período de 01º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2023 e a data-base da categoria em 01º de janeiro.

- 10.1.3.2. Para o posto de Recepcionista: Convenção Coletiva de Trabalho, registrada no MTE sob o número RN000210/2021, celebrados entre o SINDICATO PATRONAL DAS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVICO, CNPJ n. 01.646.031/0001-87 e o SINDICATO DAS SECRETARIAS E SECRETARIOS DO RIO GRANDE DO NORTE, CNPJ n. 35.290.998/0001-90, no período de 01º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2022 e a data-base da categoria em 01º de janeiro.
- 10.1.3.3. Para o posto de Inspetor de Aluno: Convenção Coletiva de Trabalho, registrada no MTE sob o número: RN000227/2022, celebrados entre o SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EST PART DE ENSINO DO RN, CNPJ n. 24.199.226/0001-21 e o SINDICATO DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DE 1 E 2 GRAUS DO ESTADO DO RN, CNPJ n. 08.236.283/0001-87, no período de 01º de março de 2022 a 28 de março de 2023 e a data-base da categoria em 01º de março.
- 10.1.4. Ainda para o cálculo do valor estimado de cada posto, quanto ao adicional de insalubridade/periculosidade, foi considerado o Laudo Pericial nº 021/2017 do IFRN (atualizado em 13/07/2022). Os percentuais estimados para estes adicionais deverão ser seguidos pelos licitantes. Contudo, o pagamento ou não dos adicionais é condicionado à apresentação de laudo próprio, em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato.
- 10.1.5. A indicação de marcas para os insumos que serão adquiridos é utilizada pela Administração como meio de aferir a qualidade mínima dos itens fornecidos pela CONTRATADA. Caso a licitante informe em sua proposta de preços uma marca diferente daquelas indicadas neste edital, o item deverá possuir padrões de qualidade no mínimo igual, ou superior, aos indicados, sendo que, nesse caso, será previamente avaliado pela Administração para fins de aceitabilidade.
- 10.1.5.1. A não aceitação pela Administração do produto indicado pelo licitante não acarretará, em hipótese alguma, aumento dos custos do contrato.
- 10.1.6. O preposto deverá cumprir uma frequência de no mínimo 12 horas semanais nas instalações da CONTRATANTE e deverá estar à disposição da Administração, de segunda a sexta-feira, das 08 às 12hs e das 13 às 17hs.
- 10.1.7. A Contratada deverá cumprir todas as disposições do Edital e de seus anexos.

11. UNIFORMES

- 11.1. Os uniformes a serem fornecidos pela Contratada a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:
- 11.2. O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:
- 11.2.1. Para os postos de portaria, operador de CFTV, recepcionista, inspetor de aluno e supervisor:

Tabela 4 – Uniformes para todos os postos

Descrição completa	Unid. de fornecimento	Qtde. inicial	Qtde. anual
CALÇA JEANS. Calça tecido jeans, na cor azul, zíper coats metal, botão fixo, cós, presilha para cinto, 4 bolsos, costura tipo pesponto. TAMANHO: 38 à 54.	UND	2	4
CAMISETA MANGA CURTA. Camiseta, tipo tecido malha algodão, espessura 30.1, gramatura 170 g/m2, tipo manga	UND	3	6

curta, tipo gola redonda, cor a definir, tipo costura simples, características adicionais contendo a logomarca da empresa. Tamanhos P, M, G e GG.			
CINTO, confeccionado em material sintético liso. Possui fivela, níveis de ajuste e um passante. Cor a definir	UND	1	1
CRACHÁ EM PVC, tamanho 8,5 x 5,4mm, contendo pelo menos foto, nome, tipo sanguíneo, função do empregado e a identificação da empresa. Itens inclusos: cordão em poliéster e prendedor tipo jacaré.	UND	1	1
MEIA em algodão, poliamida e elastano; cano médio (altura de 6 a 10 cm); lisa; calça do tamanho 36 ao 44, punho elástico, cor branca.	PAR	3	6

Fonte: Elaboração própria

11.3. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros mínimos:

11.3.1. As peças dos uniformes deverão ser confeccionadas em tecido compatível com o clima de cada localidade, duráveis e que não desbotem facilmente, e deverão conter o emblema da Contratada, de forma visível.

11.3.2. A Contratada não poderá exigir do empregado o uniforme usado, quando da entrega dos novos.

11.3.3. A Contratada deverá providenciar os ajustes necessários nos uniformes, sem qualquer custo aos empregados.

11.3.4. Deverá ser fornecida a quantidade inicial, conforme item 11.2.1, a cada empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após comunicação escrita da Contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação;

11.3.5. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados, sem qualquer custo aos empregados.

11.4. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

12.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

12.2.1. O fiscal designado não deverá ter exercido a função de pregoeiro na licitação que tenha antecedido o contrato, a fim de preservar a segregação de funções (TCU, acórdão 1375/2015 – Plenário e, TCU, acórdão 2146/2011, Segunda Câmara);

12.2.2. A designação do fiscal deverá levar em conta potenciais conflitos de interesse, que possam ameaçar a qualidade da atividade a ser desenvolvida. (Acórdão TCU 3083/2010 – Plenário);

- 12.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 12.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 12.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 12.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 12.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
 - 12.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
 - 12.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
 - 12.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 12.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 12.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 12.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 12.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 12.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993;
- 12.12. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.
- 12.13. Cumprir as seguintes obrigações relativas à Segurança e Saúde do Trabalho:
- 12.13.1. Durante a execução dos serviços, a CONTRATANTE se reserva o direito de fiscalizar as atividades desenvolvidas pela CONTRATADA, sem prévio aviso, quanto ao cumprimento das normas de segurança e saúde do trabalho, bem como de solicitar, a qualquer momento, apresentação dos documentos relacionados.
 - 12.13.2. Irregularidades serão registradas através de Relatórios de Inspeção de Segurança, Notificações, ou, quando aplicável, no Livro de Ocorrências e encaminhadas à CONTRATADA para regularização.
 - 12.13.3. Sempre que identificar a existência de situações que comprometam a segurança e saúde dos servidores, alunos, prestadores de serviços e/ou comunidade,

ou ainda, danos à sua propriedade por ocasião da execução de serviços de competência da CONTRATADA, a CONTRATANTE se reserva o direito de exigir a correção imediata da irregularidade ou a suspensão dos serviços sem prévia comunicação, e ainda, afastamento ou substituição das pessoas envolvidas, independentemente de cargo ou função, até que sejam tomadas as medidas cabíveis para regularização. As exigências da CONTRATANTE devem ser prontamente acatadas e implementadas sob inteira responsabilidade e ônus da CONTRATADA.

12.13.4. A CONTRATANTE aplicará as sanções previstas em contrato pelo descumprimento das normas estabelecidas na legislação, providenciando as devidas notificações.

12.13.5. A fiscalização quanto ao cumprimento das normas de segurança do trabalho, durante a execução dos serviços da CONTRATADA, será realizada pelo Fiscal do Contrato, Profissional de Segurança do Trabalho ou outra pessoa responsável pelo acompanhamento das atividades.

12.13.6. A suspensão ou interdição dos trabalhos motivadas pela não observância e descumprimento das normas não eximem a CONTRATADA das obrigações e sanções constantes das cláusulas do contrato.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

13.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

13.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

13.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

13.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

13.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal/Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

- 13.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 13.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 13.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 13.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 13.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 13.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 13.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 13.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 13.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 13.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 13.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 13.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 13.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 13.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 13.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

13.22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

13.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

13.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

13.23. Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

13.24. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto neste Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;

13.25. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale transporte.

13.26. Não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

13.27. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

13.28. Autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

13.29. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

13.30. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

13.31. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração;

13.32. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada

relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

13.33. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

13.33.1. viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

13.33.2. viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

13.33.3. oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

13.34. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;

13.35. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art. 17, XII, art. 30, §1º, II e do art. 31, II, todos da LC 123, de 2006.

13.35.1. Para efeito de comprovação da comunicação, a contratada deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

13.36. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

13.37. Cumprir obrigações relativas à legislação trabalhista, bem como aos instrumentos de negociação coletiva de trabalho que abrangem as categorias profissionais envolvidas nesta contratação:

13.37.1. Apresentar, documentos comprobatórios do cumprimento das disposições estabelecidas na Convenção/Acordo Coletivo de Trabalho (CCT/ACT) dos postos de trabalho contratados e/ou no contrato celebrado com a Contratante, dentre os quais podemos citar:

13.37.1.1. Certificado de Regularidade, relativamente ao Benefício Social Familiar: O referido certificado deverá ser emitido pela empresa gestora dos benefícios e está previsto: (I) no parágrafo oitavo da Cláusula Décima Quarta da Convenção Coletiva de Trabalho RN000021/2022, sendo restrito apenas aos trabalhadores abrangidos por esta CCT; (II) no parágrafo sétimo da Cláusula Décima Terceira da Convenção Coletiva de Trabalho RN000210/2021, sendo restrito apenas aos trabalhadores abrangidos por esta CCT. Vale destacar que este benefício é restrito aos postos que fazem jus ao mesmo. Este certificado deverá ser apresentado mensalmente juntamente com a nota fiscal;

- 13.37.1.2. Apólice de seguro de vida por morte e/ou invalidez parcial ou total decorrente de acidente de seus empregados: O seguro de vida está previsto na Cláusula Décima Segunda da Convenção Coletiva de Trabalho RN000210/2021, sendo restrito apenas aos trabalhadores abrangidos por esta CCT. Esta apólice deverá ser apresentada em no máximo 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato, juntamente com a nota fiscal referente ao mês em que foi cumprida a obrigação ou em que expirou o prazo para o seu cumprimento, o que for menor;
- 13.37.1.3. Comprovação de fornecimento de insumos no prazo estabelecido no termo de referência: A comprovação pode ser feita através da cópia das notas de fornecimento, contendo a descrição, quantidade e valor dos insumos fornecidos, como também a data do recebimento e a assinatura do servidor responsável por este recebimento. Esta comprovação deverá ser apresentada juntamente com a nota fiscal referente ao mês em que ocorreu o fornecimento;
- 13.37.1.4. Estes e outros documentos de que trata este item deverão ser apresentados juntamente com a nota fiscal referente ao mês em que foi cumprida a obrigação ou em que expirou o prazo para o seu cumprimento, o que for menor.
- 13.37.2. Assegurar a orientação aos seus empregados, que prestam os serviços ora contratados, sobre os benefícios a que têm direito por meio de Convenção/Acordo Coletivo de Trabalho (CCT/ACT) e sobre o acesso a estes.
- 13.38. Cumprir as seguintes obrigações relativas à Saúde e Segurança no Trabalho:
- 13.38.1. Atender aos seguintes dispositivos legais: Lei 6514, de 22 de dezembro de 1977; Portaria 3214 de 08 de junho de 1978; Normas Regulamentadoras (NRs), com alterações e aditamentos, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e do Ministério da Economia (ME); Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); Normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), Normas Técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT); Normas Técnicas da Fundacentro e demais legislação ou códigos municipais ou estaduais correlatos.
- 13.38.1.1. Os serviços a serem executados pela empresa CONTRATADA envolverão atividades específicas. Logo, os riscos de acidentes relacionados a essas atividades devem ser minimizados ou controlados através do cumprimento de requisitos previstos nas Normas Regulamentadoras (NRs) publicadas pela Portaria nº 3214/1978 do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).
- 13.38.1.2. As Normas Regulamentadoras (NRs), relativas à segurança e saúde do trabalho, são de observância obrigatória pelas empresas que possuam empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O não cumprimento das disposições legais e regulamentares sobre segurança e saúde no trabalho acarretará ao empregador a aplicação das penalidades previstas na legislação pertinente.
- 13.38.2. Elaborar, em até 30 (trinta) dias após o início da prestação dos serviços, o PROGRAMA DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO PARA PRESTADORES DE SERVIÇOS relacionado a execução das atividades do contrato de prestação de serviços, com cronograma anual, contendo as ações de saúde e segurança do trabalho a serem realizadas de forma a garantir a saúde e a integridade física dos seus trabalhadores.
- 13.38.2.1. O referido programa representa o compromisso da empresa com o desenvolvimento de ações para a prevenção de acidentes, bem como o cumprimento da legislação trabalhista e deverá contemplar, no mínimo, as informações constantes no modelo fornecido pela Contratante.

- 13.38.3. Cumprir ainda todos os procedimentos de segurança estabelecidos no MANUAL DE PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA DO TRABALHO PARA PRESTADORES DE SERVIÇOS DO CAMPUS NATAL CENTRAL.
- 13.38.4. Fornecer, em até 30 (trinta) dias após o início da prestação dos serviços, cópia da seguinte documentação relativa à capacitação dos empregados:
- 13.38.4.1. Comprovante de realização de treinamento quanto a utilização correta, higienização, guarda e conservação dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI), conforme previsto na NR-06;
 - 13.38.4.2. Comprovante de realização de treinamento de integração (ou treinamento admissional) quanto às características dos serviços, os riscos envolvidos, os procedimentos de saúde, segurança e emergência que deverão ser seguidos e os equipamentos que deverão ser utilizados;
 - 13.38.4.3. Certificado de treinamento admissional com carga horária mínima de 6 horas, conforme exigência da NR-18, quando for aplicável;
 - 13.38.4.4. Certificado de treinamento de capacitação para operação de máquinas e equipamentos, conforme exigência da NR-18 e NR-12, quando for aplicável;
 - 13.38.4.5. Outros documentos poderão ser solicitados, conforme as atividades a serem executadas.
- 13.38.5. Fornecer, em até 30 (trinta) dias após o início da prestação dos serviços, cópia da seguinte documentação relativa à Saúde e Segurança do Trabalho:
- 13.38.5.1. Relação dos empregados da CONTRATADA, contendo nome, CPF e função;
 - 13.38.5.2. Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA, conforme NR-09;
 - 13.38.5.3. Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção – PCMAT, conforme NR-18, quando for aplicável;
 - 13.38.5.4. Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, conforme NR-07;
 - 13.38.5.5. Programa de Proteção Respiratória – PPR, conforme Instrução Normativa Nº 1/1994, emitida pelo Ministério do Trabalho;
 - 13.38.5.6. Programa de Conservação Auditiva – PCA, conforme NR-07;
 - 13.38.5.7. Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT, conforme Lei 8.213/1991.
 - 13.38.5.8. Atestado de Saúde Ocupacional – ASO, específico para a função, emitido por médico legalmente habilitado, conforme NR-07;
 - 13.38.5.9. Ordem de Serviço de Segurança, conforme NR-01, contendo a relação dos serviços, os riscos envolvidos, os procedimentos de segurança e saúde que deverão ser seguidos e os equipamentos que deverão ser utilizados;
 - 13.38.5.10. Termo de recebimento e responsabilidade de EPI (Ficha de EPI) entregues aos empregados, constando o nome do empregado, a assinatura do recebimento, data da entrega, tipo do EPI, fabricante e número do Certificado de Aprovação (C.A.);
 - 13.38.5.11. Outros documentos poderão ser solicitados, conforme as atividades a serem executadas.
- 13.38.6. Caso os serviços contratados envolvam trabalho em altura, compreendendo as atividades em altura superior a dois metros com risco de queda, a empresa deverá

entregar, em até 30 (trinta) dias após o início da prestação dos serviços, a seguinte documentação:

- 13.38.6.1. Certificado de treinamento para trabalho em altura, com carga horária mínima de 8 horas, conforme NR-35;
- 13.38.6.2. Cópia dos Atestados de Saúde Ocupacional (ASOs) dos empregados, indicando a aptidão para trabalho em altura,
- 13.38.6.3. Procedimentos escritos para trabalho em altura, conforme NR-35;
- 13.38.6.4. Relação dos empregados autorizados pela empresa a executarem trabalho em altura, conforme NR-35;
- 13.38.6.5. Certificado de treinamento específico para o tipo de andaime a operar, conforme exigência da NR-18 (para as atividades de montagem e desmontagem de andaimes).
- 13.38.6.6. Caso seja utilizado andaime fachadeiro, a empresa deverá entregar cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) relativa a montagem, conforme previsto na NR-18.
- 13.38.6.7. Caso seja utilizada plataforma de trabalho aérea (PTA), a empresa deverá entregar cópia do Certificado de treinamento de capacitação na operação da plataforma a utilizar.
- 13.38.6.8. Permissão de Trabalho (PT) assinada pelo responsável da empresa (para cada dia de serviço), conforme NR-35.
- 13.38.7. Caso os serviços contratados envolvam instalações e serviços com eletricidade, a empresa deverá entregar, em até 30 (trinta) dias após o início da prestação dos serviços, a seguinte documentação:
 - 13.38.7.1. Comprovante de qualificação (é considerado trabalhador qualificado aquele que comprovar conclusão de curso específico na área elétrica reconhecido pelo Sistema Oficial de Ensino).
 - 13.38.7.2. Certificado de Curso Básico - Segurança em Instalações e Serviços com Eletricidade, com carga horária de 40 horas e/ou o Certificado de treinamento de reciclagem bienal.
 - 13.38.7.3. Certificado de Curso Complementar - Segurança no Sistema Elétrico de Potência (SEP) e em suas proximidades, com carga horária de 40 horas e/ou o Certificado de treinamento de reciclagem bienal.
 - 13.38.7.4. Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) compatível com as atividades a serem desenvolvidas.
 - 13.38.7.5. Procedimentos de Trabalho específicos para a execução de serviços em instalações elétricas, conforme item 10.11 da NR-10.
 - 13.38.7.6. Análise de Risco para as atividades relacionadas a execução de serviços em instalações elétricas, conforme item 10.2 da NR-10.
- 13.38.8. Conforme previsto na legislação trabalhista, a entrega da DOCUMENTAÇÃO mencionada nos itens acima é pré-requisito obrigatório para a execução dos serviços e visa o planejamento antecipado das atividades, buscando garantir a integridade física dos trabalhadores.
- 13.38.9. Apresentar, em até 30 dias após o início da prestação dos serviços, o PROGRAMA DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO PARA PRESTADORES DE SERVIÇOS e da DOCUMENTAÇÃO DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO.

- 13.38.10. Caso os serviços a serem contratados envolvam trabalho em altura, desenvolver, em até 30 dias após o início da prestação dos serviços, o PROCEDIMENTO OPERACIONAL para atividades rotineiras de trabalho em altura, cabendo ao empregado cumprir os procedimentos expedidos pelo empregador, conforme previsto na NR-35, observando o seguinte:
- 13.38.10.1. É obrigatória a utilização de SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA QUEDAS sempre que não for possível evitar o trabalho em altura. O sistema de proteção contra quedas deve atender as diretrizes previstas na NR-35.
- 13.38.10.2. É obrigatório a utilização de capacete de segurança com jugular, calçado de segurança, cinto de segurança tipo paraquedista com talabarte duplo, dispositivo trava quedas e demais acessórios para impedir a queda do trabalhador. Antes do início dos trabalhos deve ser efetuada diariamente a inspeção rotineira de todos os equipamentos de proteção, acessórios e sistemas de ancoragem.
- 13.38.10.3. É obrigatório a utilização de acessórios e sistema de ancoragem para trabalho em altura devidamente dimensionado pela CONTRATADA. O sistema de ancoragem deve ser estabelecido pela Análise de Risco.
- 13.38.10.4. Somente estão autorizados a executar atividades que envolvam trabalho em altura os trabalhadores que possuam capacitação, conforme previsto na NR-35 – Trabalho em Altura. Os documentos comprobatórios para a comprovação das capacitações e treinamentos para trabalho em altura deverão ser apresentados antes do início dos serviços.
- 13.38.10.5. O trabalhador deverá possuir Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), atestando que o mesmo esteja apto para executar trabalhos em altura. A avaliação médica deverá ser efetuada periodicamente, considerando os riscos envolvidos em cada situação.
- 13.38.10.6. O planejamento, a organização e a execução de trabalhos em altura deverão seguir as recomendações previstas na NR-35 – Trabalho em Altura e na NR-18 – Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção.
- 13.38.11. Caso os serviços a serem contratados envolvam instalações elétricas, seguir as recomendações da NR-10 – Segurança em Instalações e Serviços com Eletricidade, NR-18 – Condições e Meio ambiente do Trabalho na Indústria da Construção, ABNT NBR 5410 – Instalações Elétricas de Baixa Tensão e ABNT NBR 14039 – Instalações Elétricas de Média Tensão de 1kV a 36,2kV.
- 13.38.11.1. Somente estão autorizados a intervir em instalações elétricas os trabalhadores que possuem treinamento específico sobre os riscos decorrentes do emprego da energia elétrica e as principais medidas de prevenção de acidentes em instalações elétricas, com currículo mínimo, carga horária e demais determinações estabelecidas no Anexo II (treinamento) da NR-10.
- 13.38.11.2. Os trabalhadores que intervenham nas instalações de subestações de energia elétrica ou cabines de distribuição, bem como aquelas que interajam com o SEP, que exerçam suas atividades dentro dos limites estabelecidos como zonas controladas e de risco, conforme Anexo I da NR10, devem receber treinamento de segurança, específico em segurança no Sistema Elétrico de Potência (SEP) e em suas proximidades, com currículo mínimo, carga horária e demais determinações estabelecidas no Anexo II (treinamento) da NR-10.
- 13.38.11.3. Os uniformes de trabalho para serviços com eletricidade devem ser adequados às atividades, contemplando a proteção contra os riscos decorrentes do Fogo

Repentino e do Arco Elétrico, conforme previsto na NR10. O uniforme é considerado um EPI devendo possuir Certificado de Aprovação (CA).

13.38.12. Promover a sinalização e isolamento da área, onde serão executadas as atividades, utilizando cones, correntes, fitas zebreadas ou tapumes, de modo a impedir o acesso de pessoas que não estejam envolvidas na operação.

13.38.12.1. O isolamento deve ser realizado antes do início dos trabalhos e o local deverá permanecer organizado e limpo. O isolamento deve estar na altura adequada, permitindo uma perfeita visualização, tanto no período diurno como noturno.

13.38.13. Fornecer aos seus empregados todos os uniformes, EPI e EPC necessários e compatíveis ao desenvolvimento das tarefas e riscos decorrentes da atividade executada ou do ambiente de trabalho, na quantidade adequada, bem como treinar quanto ao uso, conforme estabelece a NR-06. Vale destacar que os uniformes e o kit básico de EPIs/EPCs devem ser fornecidos 10 (dez) dias antes do início da vigência do contrato, conforme item 9.1.1. deste Termo de Referência.

13.38.13.1. Todos os empregados da CONTRATADA devem estar obrigatoriamente uniformizados, com roupas profissionais contendo identificação visual da CONTRATADA, e portando identificação individual - crachás, desde que compatível com a atividade.

13.38.13.2. Todo EPI fornecido pela CONTRATADA aos seus empregados deve possuir Certificado de Aprovação (CA) dentro do período de validade.

13.38.13.3. A CONTRATADA deve tornar obrigatório o uso do EPI e substituí-lo, imediatamente, quando danificado ou extraviado.

13.38.13.4. A CONTRATADA deve controlar a entrega e distribuição dos EPIs e manter Termo de Recebimento e Responsabilidade, por empregado, para controle da entrega e orientação de uso dos equipamentos de segurança e uniformes.

13.38.13.5. A CONTRATADA não poderá repassar a qualquer de seus empregados o ônus relativo à compra, transporte, armazenagem, distribuição, conservação e controle dos EPI.

13.38.13.6. A CONTRATADA será responsável pelo treinamento para o uso de EPI, focando no mínimo: utilização correta, higienização, guarda e conservação, responsabilidades do empregador e do empregado; além de fiscalizar e cobrar o uso efetivo dos EPI nas áreas de trabalho.

13.38.13.7. A CONTRATADA deverá garantir a substituição do EPI ou EPC, em caso de desgaste, extravio, perda, defeito ou qualquer dano que impossibilite a utilização do mesmo. A CONTRATADA será responsável pelo descarte adequado dos equipamentos de segurança substituídos.

13.38.13.8. No caso de substituição de equipamentos de segurança (individual ou coletiva), a CONTRATADA deve documentar e garantir o recolhimento do equipamento usado e providenciar o descarte adequado do mesmo.

13.38.13.9. A CONTRATANTE poderá solicitar a substituição de um EPI sempre que julgar incompatível com a atividade ou com uma qualidade questionável em relação ao risco associado a atividade.

13.38.13.10. É obrigação dos empregados da CONTRATADA usar e conservar os equipamentos de segurança e uniformes para a finalidade a que se destinam e responsabilizar-se pela sua guarda e conservação, bem como executar inspeção diária, solicitando reposição do EPI quando este estiver impróprio para o uso.

- 13.38.13.11. A CONTRATADA deverá adotar a hierarquia de controle dos riscos ambientais, previsto na NR-09, adotando respectivamente: medidas de proteção coletiva, medidas administrativas ou de organização do trabalho e utilização de equipamentos de proteção individual.
- 13.38.14. Entregar, em até 30 (trinta) dias após o início da prestação dos serviços, cópia do TERMO DE CIÊNCIA E COMPROMISSO, conforme ANEXO XI do “Manual de Procedimentos de Segurança do Trabalho para Prestadores de Serviços do Campus Natal Central”, assinado pelo representante da empresa, sendo pré-requisito para habilitação no processo de contratação.
- 13.38.15. Participar, por meio de seus representantes, de REUNIÃO DE PLANEJAMENTO DE SEGURANÇA DO TRABALHO relacionada as suas atividades, a ser realizada antes do início da execução dos serviços, com o Fiscal de Contrato e o Profissional de Segurança do Trabalho do IFRN, na qual serão discutidos os principais riscos envolvidos nas atividades e as recomendações gerais de segurança e saúde do trabalho que a CONTRATADA deverá cumprir, esclarecendo as dúvidas que eventualmente existam sobre as recomendações do “Manual de Procedimentos de Segurança do Trabalho para Prestadores de Serviços do Campus Natal Central”.
- 13.38.15.1. A reunião de planejamento de segurança do trabalho das atividades deverá ser registrada em ATA de Reunião, contendo a assinatura dos representantes do IFRN e da empresa CONTRATADA.
- 13.38.16. Garantir condições mínimas de higiene e conforto aos empregados, de acordo com o estabelecido na NR-18 – Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção e NR-24 – Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho, onde aplicáveis, sob pena de embargo dos serviços.
- 13.38.17. Buscar a melhoria contínua das condições de Segurança e Saúde do Trabalho (SST) para todos os seus empregados, eliminando, neutralizando ou implementando ações para mitigação dos riscos.
- 13.38.17.1. A obediência às normas de Segurança e Saúde do Trabalho é obrigatória para todos os representantes e empregados da CONTRATADA, aplicando-se também as orientações, procedimentos e diretrizes estabelecidas pela CONTRATANTE.
- 13.39.** Cumprir as disposições de sustentabilidade ambiental na forma da legislação e especificadas neste Termo de Referência;

14. SUBCONTRATAÇÃO

- 14.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

15. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 15.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

16. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 16.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 16.2. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.
- 16.3. As comunicações entre a Contratante e a Contratada serão realizadas por escrito, através de carta ou e-mail.
- 16.4. A Contratante poderá convocar o preposto para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 16.5. A Contratada manterá preposto da empresa no local da execução do objeto, o qual deverá cumprir neste local uma jornada de no mínimo 12 horas por semana.
 - 16.5.1. Não obstante a esta carga horária, o preposto deverá estar à disposição da Administração de segunda e sexta-feira, das 08 às 12hs e das 13 às 17hs, para solucionar problemas concernente a execução dos serviços contratados.
 - 16.5.2. Caso solicitado pela fiscalização do contrato, o preposto deverá se apresentar a Fiscalização em até 1 dia útil.
 - 16.5.3. O papel do preposto não deve ser confundido com as atribuições do supervisor ou do encarregado, que é um dos postos incluídos nesta contratação. O preposto tratará “das principais questões técnicas, legais e administrativas referente ao andamento contratual”, conforme IN nº 1/2019-SGD/ME, definição esta que pode ser utilizada por analogia para os demais serviços contratados pela Administração Pública. O supervisor e/ou encarregado são trabalhadores terceirizados vinculados a prestação dos serviços ora contratados. Destacamos que o custo do preposto deve estar contemplado nos custos indiretos, conforme a Instrução Normativa nº 5/2017-SEGES/MPDG. Este entendimento é corroborado pelo Acórdão nº 2743/2015-Plenário/TCU, que entende que as atividades do preposto são encargos da contratada, remunerados nos custos indiretos do contrato. Ainda, de acordo com o referido acórdão, o preposto não pode ser um terceirizado vinculado a contratação.
- 16.6. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.
- 16.7. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações (os documentos poderão ser originais ou cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração), no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):
 - 16.7.1. no primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:
 - 16.7.1.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
 - 16.7.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela CONTRATADA;

- 16.7.1.3. exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços; e
- 16.7.1.4. declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.
- 16.7.2. entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):
 - 16.7.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
 - 16.7.2.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
 - 16.7.2.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e
 - 16.7.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- 16.7.3. entrega, quando solicitado pela CONTRATANTE, de quaisquer dos seguintes documentos:
 - 16.7.3.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;
 - 16.7.3.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador CONTRATANTE;
 - 16.7.3.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
 - 16.7.3.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e
 - 16.7.3.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.
- 16.7.4. entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:
 - 16.7.4.1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
 - 16.7.4.2. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
 - 16.7.4.3. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
 - 16.7.4.4. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.
- 16.8. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

- 16.8.1. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.
- 16.8.2. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.
- 16.8.3. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.
- 16.9. (SUPRESSÃO)
- 16.10. (SUPRESSÃO)
- 16.11. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no subitem 16.7.1 acima deverão ser apresentados.
- 16.12. A Contratante deverá analisar a documentação solicitada nos subitens acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.
- 16.13. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficializar à Receita Federal do Brasil (RFB).
- 16.14. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficializar à Superintendência Regional do Trabalho.
- 16.15. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, conforme disposto nos arts. 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 16.16. A Contratante poderá conceder prazo para que a Contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.
- 16.17. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.
- 16.17.1. Não havendo quitação das obrigações por parte da Contratada no prazo de quinze dias, a Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.
- 16.17.2. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.
- 16.17.3. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da Contratada.
- 16.18. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

- 16.19. A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 16.19.1. A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.
- 16.20. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017.
- 16.21. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da Contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 16.22. Em hipótese alguma, será admitido que a própria Contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 16.23. A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 16.24. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.
- 16.25. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 16.26. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 16.27. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 16.28. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 16.29. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:
- 16.29.1. Solicitar à Contratada o fornecimento de insumos necessários a execução dos serviços, conforme disposto no item 9 deste termo de referência, bem como realizar o controle do recebimento e pagamento destes insumos;
- 16.29.2. Acompanhar a utilização mensal dos insumos, de modo a evitar desperdícios;
- 16.29.3. Controlar o saldo do valor total destinado para insumos, de modo a evitar que seja gasto um valor maior que o disponível no contrato;
- 16.29.4. Fiscalizar o cumprimento, por parte da Contratada, das disposições da Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho dos postos contratados, especialmente em relação a salários e benefícios.

- 16.30. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 16.31. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

17. CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

- 17.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), previsto no Apêndice VIII deste termo de referência, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:
- 17.1.1. não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
 - 17.1.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 17.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:
- 17.2.1. Pagamento de salários, benefícios e outros encargos trabalhistas dentro do prazo legal;
 - 17.2.2. Pagamento de auxílio-transporte dentro do prazo legal;
 - 17.2.3. Pagamento de auxílio-alimentação dentro do prazo legal;
 - 17.2.4. Fornecimento de insumos dentro do prazo;
 - 17.2.5. Cumprimento de obrigações contratuais relativas à saúde e segurança no trabalho – SST; e
 - 17.2.6. Cumprimento de outras obrigações contratuais.
- 17.3. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 17.3.1. não produziu os resultados acordados;
 - 17.3.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
 - 17.3.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

18. RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 18.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo do objeto contratual, nos termos abaixo.
- 18.2. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;
- 18.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico, fiscal administrativo, fiscal setorial ou equipe de fiscalização, através da elaboração de relatório circunstanciado, em consonância com as suas atribuições, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das

ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

18.3.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

18.4. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal,

18.4.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

18.4.2. o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

18.5. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

18.6. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

18.7. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

18.8. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

18.8.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

18.9. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

18.9.1. realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

18.9.2. emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

18.9.3. comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

18.10. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer

época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

- 18.11. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

19. PAGAMENTO

- 19.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.
- 19.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.
- 19.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.
- 19.3.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 19.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 19.4.1. o prazo de validade;
 - 19.4.2. a data da emissão;
 - 19.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 19.4.4. o período de prestação dos serviços;
 - 19.4.5. o valor a pagar; e
 - 19.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 19.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
- 19.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 19.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.
- 19.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 19.9. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

19.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

19.10.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

19.11. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

19.12. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

19.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

19.14. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

19.15. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

20. CONTA-DEPÓSITO VINCULADA

20.1. Para atendimento ao disposto no art. 18 da IN SEGES/MP N. 5/2017, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 são as estabelecidas neste Termo de Referência.

20.2. A futura Contratada deve autorizar a Administração Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

20.2.1. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem

utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

- 20.3. A CONTRATADA autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da contratada, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pela Contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, conforme disposto no anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da referida norma.
- 20.4. A Contratante provisionará os valores para o pagamento das férias, 13º (décimo terceiro) salário e verbas rescisórias aos trabalhadores da Contratada, que serão depositados pela em Conta-Depósito Vinculada, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação e utilizada exclusivamente para crédito das rubricas retidas.
- 20.4.1. Os valores provisionados somente serão liberados nas seguintes condições:
- 20.4.1.1. parcial e anualmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;
 - 20.4.1.2. parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a 1/3 (um terço) de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;
 - 20.4.1.3. parcialmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, às férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato; e
 - 20.4.1.4. ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias.
- 20.5. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da licitação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:
- 20.5.1. 13º (décimo terceiro) salário;
 - 20.5.2. Férias e um terço constitucional de férias;
 - 20.5.3. Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa;
e
 - 20.5.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.
- 20.6. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no item 14 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 20.7. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta licitação e instituição financeira.
- 20.8. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.
- 20.9. Os valores referentes às provisões mencionadas neste termo de referência que sejam retidos por meio da conta-depósito, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

- 20.10. Em caso de cobrança de tarifa ou encargos bancários para operacionalização da conta-depósito, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.
- 20.11. A empresa contratada poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade Contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitem acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.
- 20.11.1. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento.
- 20.11.2. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.
- 20.11.3. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.
- 20.11.4. A empresa deverá apresentar ao órgão ou entidade contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.
- 20.12. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 da IN SEGES/MP n. 5/2017.

21. REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO (REPACTUAÇÃO)

- 21.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 21.2. Após o interregno de um ano, mediante solicitação da Contratada, os preços iniciais poderão ser repactuados.
- 21.3. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.
- 21.4. A repactuação para reajuste do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.
- 21.5. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:
- 21.5.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

- 21.5.2. Para os insumos discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): data do reajuste do preço público vigente à época da apresentação da proposta;
- 21.5.3. Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado (insumos não decorrentes da mão de obra): a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.
- 21.6. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.
- 21.7. As repactuações a que a Contratada fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.
- 21.8. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:
- 21.8.1. da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;
- 21.8.2. da data do último reajuste do preço público vigente, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);
- 21.8.3. do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;
- 21.9. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à Contratante ou à Contratada proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.
- 21.10. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.
- 21.11. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.
- 21.12. A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.
- 21.13. Quando a repactuação se referir aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.
- 21.14. Quando a repactuação solicitada pela CONTRATADA se referir aos custos sujeitos à variação dos preços de mercado (insumos não decorrentes da mão de obra), o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento IPCA/IBGE, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos insumos a ser reajustada;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta da licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

- 21.14.1. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 21.14.2. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos insumos será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 21.14.3. Caso o índice estabelecido para a repactuação de insumos venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 21.14.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos insumos e materiais, por meio de termo aditivo.
- 21.14.5. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos com insumos, a Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.
- 21.15. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:
 - 21.15.1. a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;
 - 21.15.2. em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou
 - 21.15.3. em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.
- 21.16. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.
- 21.17. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.
- 21.18. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a Contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela Contratante para a comprovação da variação dos custos.
- 21.19. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

- 21.20. O CONTRATADO deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, como condição para a repactuação, nos termos da alínea K do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

22. GARANTIA DA EXECUÇÃO

- 22.1. A Contratada apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.
- 22.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
- 22.1.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.
- 22.2. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 22.2.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 22.2.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- 22.2.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 22.2.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.
- 22.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
- 22.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 22.5. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.
- 22.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 22.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 22.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 22.9. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 22.10. Será considerada extinta a garantia:

- 22.10.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 22.10.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.
- 22.11. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 22.12. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.
- 22.13. A garantia da contratação somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, conforme estabelecido no art. 8º, VI do Decreto nº 9.507, de 2018, observada a legislação que rege a matéria.
- 22.14. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho
- 22.15. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos da alínea "j" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

23. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 23.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:
- 23.1.1. falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- 23.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 23.1.3. fraudar na execução do contrato;
- 23.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou
- 23.1.5. cometer fraude fiscal.
- 23.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 23.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- 23.2.2. **Multa de:**
- 23.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência

a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

23.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

23.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

23.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 6 e 7, abaixo; e

23.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

23.2.3. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

23.2.4. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

23.2.5. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

23.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

23.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

23.4. As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

23.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 6 e 7:

Tabela 6: Graus de infrações e suas correspondências

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Fonte: AGU

Tabela 7: Rol de infrações e seus graus

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

Fonte: AGU

- 23.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 23.6.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - 23.6.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - 23.6.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 23.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 23.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 23.8.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 23.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 23.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 23.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 23.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 23.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 23.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

24. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 24.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 24.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

- 24.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles previstos no item 5 deste Termo de Referência.
- 24.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:
- 24.4.1. Valor Global: conforme Apêndice I deste Termo de Referência.
- 24.4.2. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.
- 24.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.
- 24.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

25. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

- 25.1. O custo estimado da contratação está demonstrado no Apêndice I deste Termo de Referência.

26. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 26.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:
- 26.1.1. Gestão/Unidade: 26435/158369;
- 26.1.2. Fonte de Recursos: 8100000000;
- 26.1.3. Programa de Trabalho - PTRES: 171168;
- 26.1.4. Natureza de Despesa: 339037;
- 26.1.5. Plano Interno: L20RLP01MAN;
- 26.2. Esta despesa é qualificável como atividade, uma vez que se trata de despesa rotineira da administração, prevista em seu planejamento e destinada à manutenção de seu funcionamento. Assim, estão dispensadas as exigências previstas nos incisos I e II do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, conforme estabelece a Orientação Normativa nº 52/2014.

27. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E MODELO DE TERMO DE REFERÊNCIA UTILIZADO

- 27.1. A equipe de planejamento da contratação, designada pela Portaria nº 715/2022 – DG/CNAT/RE/IFRN, é composta pelos seguintes membros:

Grupo	Órgão Gerenciador	Equipe de planejamento da contratação
1	Campus Natal-Central	TONNY MEDEIROS MARTINHO integrante requisitante FRANCILENE PEREIRA DA SILVA integrante requisitante GUSTAVO MOURA CAVALCANTI integrante requisitante e técnico GLEYDSON DE OLIVEIRA CAVALCANTI integrante técnico PATRICIA TATIANA FERREIRA RAMOS integrante administrativo

		HUMBERTO DANTAS DE OLIVEIRA JÚNIOR integrante técnico
--	--	--

Fonte: Elaboração própria

- 27.2. Para a elaboração deste Termo de Referência foi utilizado o “Modelo para Pregão Eletrônico: Serviços Contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra”, atualizado em Julho/2021 e disponibilizado no site da AGU.

28. APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

- 28.1. Pelos poderes delegados ao Diretor-Geral do campus Natal-Central, através da Portaria nº 310/2022-RE/IFRN, de 3 de março de 2022, considerando presente nesta contratação o interesse público, uma vez que estes serviços são indispensáveis para garantir a manutenção dos serviços prestados pelo IFRN à sociedade, estando a respectiva despesa contemplada no Plano Anual de Contratações, conforme extrato anexado aos autos do processo, aprovo o presente termo de referência e autorizo a abertura do certame licitatório previsto, na forma de pregão eletrônico, em conformidade com as disposições nele estabelecidas.

JONAS EDUARDO GONZALES LEMOS
Matrícula SIAPE 1196521
Diretor-geral do campus Natal-Central
Portaria nº 1782/2020-Reitoria/IFRN

Documento Digitalizado Público

Serviço de porteiro, recepcionista e outros

Assunto: Serviço de porteiro, recepcionista e outros
Assinado por: Humberto Junior
Tipo do Documento: Termo de Referência
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Humberto Dantas de Oliveira Junior, ADMINISTRADOR**, em 10/11/2022 14:54:14.

Este documento foi armazenado no SUAP em 10/11/2022. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrn.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 1237402

Código de Autenticação: d1c0345f5b

